

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA: A RAZÃO ATLÂNTICA

Miguel Real

Instituto de Filosofia Luso-Brasileira

Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 11, 1150-320 Lisboa

(351) 213241470 | iflbggeral@gmail.com

Resumo: Neste nosso texto, dissertaremos sobre o conceito de razão atlântica na obra António Braz Teixeira.

Palavras-chave: Filosofia, razão atlântica, António Braz Teixeira

Abstract: In this text, we will discuss the concept of Atlantic reason in the work António Braz Teixeira.

Keywords: Philosophy, Atlantic reason, António Braz Teixeira

Em 2001, ano da publicação do volume *Formas e Percursos da Razão Atlântica: Estudos de Filosofia Luso-Brasileira*¹, António Braz Teixeira retrata e sintetiza publicamente no título do seu livro o sentido do seu labor filosófico de pensador e historiador do pensamento luso-brasileiro, trilhado conscientemente desde 1964, quando publica o primeiro artigo sobre um pensador simultaneamente português e brasileiro². Com este título “Razão Atlântica”, o autor estabelece tanto um sentido unitário para a multiplicidade aparentemente dispersa da sua obra, quanto ganha, por via deste, uma sólida singularidade no horizonte filosófico português na passagem entre os séculos XX e XXI.

Com mais de meia centena de artigos publicados em revistas portuguesas e brasileiras de filosofia, versando monograficamente sobre pensadores portugueses, brasileiros, galegos e africanos lusófonos, ou comparando a filosofia desenvolvida em língua comum dos dois lados do Atlântico, pertencendo ao corpo de colaboradores da *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, editada simultaneamente em Lisboa e São Paulo, António Braz Teixeira é indubitavelmente um dos pensadores portugueses (outro é Renato Epifânio) que mais solidamente tem criado a ponte cultural reflexiva entre Portugal e o pensamento dos autores lusófonos. O seu conceito de Razão Atlântica não se limita geograficamente à vinculação mentalmente umbilical entre o Brasil e Portugal; diferentemente, porque emergida a partir de virtualidades especulativas e emocionais da língua portuguesa, mormente de um núcleo histórico e sentimental centrado na saudade, e porque geograficamente companheira da aventura lusíada dos Descobrimentos, a Razão Atlântica estende os seus nexos tanto, na origem, à Galiza, quanto, ao longo do seu desenvolvimento histórico, às ex-colónias portuguesas, mormente através da poesia cultuada em Cabo Verde e em Angola, sobre a qual o autor publicou estudos³.

A Razão Atlântica estabelece-se, assim, como o núcleo substancial de pensamento que invisivelmente pulsa e unifica os falantes da língua (galaico-)portuguesa, criando,

¹ António Braz Teixeira, *Formas e Percursos da Razão Atlântica: Estudos de Filosofia Luso-Brasileira*, Londrina, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.

² Cf. António Braz Teixeira, “Matias Aires”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, vol. 14, nº 56, 1964.

³ Inúmeros são os estudos de António Braz Teixeira sobre o pensamento e os pensadores galegos. Como comprovante, limitamo-nos a chamar a atenção para o livro *Ética, Filosofia e Religião. Estudos sobre o Pensamento Português, Galego e Brasileiro*, Évora, Pendor, 1997. Sobre a poesia angolana, cf. António Braz Teixeira, “Expressão e Sentido da Saudade na Poesia Angolana”, in *Actas do II Colóquio Português sobre a Saudade*, Viana do Castelo, ed. Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2004, pp. 99 – 111. Sobre a poesia cabo-verdiana, foi recentemente anunciado pelo autor um livro sobre a saudade que, em capítulo destacado, aborda o tema da saudade nos poetas cabo-verdianos.

entre todos, um horizonte filosófico-metafísico comum, estabelecedor de laços de unidade e de concretização sociais, que a história lentamente vai desvelando à medida que os traumas psicanalíticos da colonização/descolonização se vão dissolvendo por via de um normal processo de reaproximação. Verdadeiramente, em momento de clivagem histórica, o labor investigativo actual de António Braz Teixeira, consiste, num intenso trabalho de biblioteca, no levantamento, artigo a artigo, autor a autor, tema a tema, das raízes especulativas e sentimentais do que porventura um dia se designará como cultura filosófica específica da comunidade internacional lusófona, que o autor designa actualmente por Razão Atlântica.

A esta singularidade cultural do seu pensamento, fundada na obra publicada, a maior parte dela após 1974, como que acompanhando a necessidade histórica da cultura portuguesa de consciencializar, em momento civilizacional de ruptura, o que, sob a conjuntura, estruturalmente vinculava a totalidade de povos falantes da língua portuguesa, acresce igualmente uma singularidade geracional. Com efeito, António Braz Teixeira integra a plêiade de jovens pensadores portugueses espiritualistas emergidos para a filosofia entre o final da década de 50 e a década de 60⁴, criadores das revistas *Acto* (1951 – 1952, dir. António Quadros e Orlando Vitorino), o jornal *57* (1957 – 1962, dir. António Quadros) e *Espiral* (1964 – 1966, dir. António Quadros), que por si próprios se consideram discípulos de Álvaro Ribeiro e José Marinho, perfazendo a terceira geração filosófica de uma tradição especulativa iniciada pela *Renascença Portuguesa* de Teixeira de Pascoais e Leonardo Coimbra. Encontravam estes jovens os arcanos da sua matriz filosófica no século XIX, entre os estudos de Pedro Amorim Viana, Domingos Tarrozo, Cunha Seixas e Antero de Quental, e, nos comecinhos do século XX, em Sampaio Bruno, Ferreira Deusdado e nos padres fundadores da revista jesuíta *Brotéria*, de 1902. Entre todos os jovens filósofos da

⁴ Entre vários, citemos, para além de António Braz Teixeira, os nomes de António Quadros, Orlando Vitorino, Afonso Botelho, António Telmo, Pinharanda Gomes, e, com menor importância ideológica, José Valle Figueiredo, Francisco Sottomayor, Alfredo Margarido, Luiz Zuzarte, Azinhal Abelho, Francisco da Cunha Leão, João Bigotte Chorão, Fernando Sylvan, Avelino Abrantes. A partir da década de 70, juntar-se-á a esta tradição nacionalista na acção e espiritualista no pensamento, o poderoso nome de Dalila Pereira da Costa, única filósofa portuguesa, de teoria eminentemente providencialista. Ao longo das décadas de 50 e 60, acompanhando miudadamente esta geração e como que dela gozando do estatuto de patriarcas, encontramos os filósofos Álvaro Ribeiro e José Marinho, discípulos de Leonardo Coimbra na Faculdade de Letras do Porto. Desenvolvendo o seu pensamento de um modo paralelo, embora criando pontes espirituais de entendimento, Agostinho da Silva e Eudoro de Sousa, no Brasil, Delfim Santos, em Lisboa, e Sant'Anna Dionísio, no Porto, igualmente discípulos de Leonardo Coimbra, acompanham esta nova geração. Cria-se, assim, em torno dos jovens filósofos da geração de António Braz Teixeira, um húmus especulativo e um viveiro de acções que marcaram profundamente a historiografia do pensamento português da segunda metade do século XX, cuja história rigorosa está por fazer.

geração de 1950, António Braz Teixeira é o único que, estudando racionalmente o passado filosófico português, suporta as suas investigações sobre a “arqueologia” mental da Razão Atlântica num escrúpulo alexandreherculiano de verdade, deixando mais o documento falar do que por ele falando, desviando-se deste modo das propostas providencialistas de António Quadros (a “patriosofia” como síntese do templarismo, do quinto-imperialismo e do paracletismo do Espírito Santo), de Dalila Pereira da Costa e Agostinho da Silva (o providencialismo do Quinto Império e da Terceira Idade do Mundo, o encontro português entre o Oriente e o Ocidente), de António Telmo (uma visão esotérica da história de Portugal), bem como da proposta político-escatológica de Orlando Vitorino sobre a decadência da Europa. Diferentemente, como Afonso Botelho, António Braz Teixeira, com excepção da historiografia do conceito de Saudade, nunca apresenta uma teoria geral unitária do todo da história de Portugal ou um sistema histórico-filosófico redentor, unindo o passado ao futuro, como os seus companheiros de geração, geração que, sofrendo existencialmente o fim do Império, se sonhou como poucas outras na história da cultura portuguesa com a verdade e o absoluto na mão. Ao contrário, o labor de António Braz Teixeira, avesso a construções mítico-escatológicas, aparentemente mais modesto, mas historiograficamente mais fecundo, pertence ao estatuto do intelecto culto e empenhado que, privilegiando uma visão nacionalista do pensamento, vai lenta e gradualmente, como historiador e pensador, tecendo a teoria da Razão Atlântica através de uma miríade de trabalhos individuais, evidenciando, artigo a artigo, comunicação a comunicação, os vínculos de uma estrutura mental e linguística comum aos pensadores portugueses, brasileiros e galegos e aos poetas cabo-verdianos e angolanos, evidenciando igualmente, não como postulado prévio, muito menos como axioma dogmático, mas como conclusão de absoluta evidência, tecida pelos resultados da sua própria investigação, a existência de um modo de pensar e ser específico dos povos falantes da língua portuguesa, que designa com o título genérico de Razão Atlântica. Assim, entre os pensadores da sua geração, António Braz Teixeira ganha o estatuto, em conjunto com Pinharanda Gomes, do mais completo historiador do espiritualismo português dos séculos XIX e XX, operando um contínuo levantamento de autores marginalizados da historiografia oficial da cultura portuguesa contemporânea, de Pedro Amorim Viana e Domingos Tarrozo a Afonso Botelho e Dalila Pereira da Costa. Repercute no seu labor, na segunda metade do século XX, o espírito escrupuloso de verdade (a atenção ao texto ou ao documento) e o

empenhamento na defesa da existência de uma história singular da filosofia em Portugal próprios de Joaquim de Carvalho na primeira metade do século. Visto como um todo, este labor estatui-se como síntese das quatro vertentes culturais que constituem a especificidade da sua obra e do seu pensamento:

- como historiador da filosofia contemporânea em Portugal, operando o levantamento do friso de figuras tutelares do novo espiritualismo português e dos temas essenciais e recorrentes que dão corpo à nova filosofia contemporânea portuguesa; nesta vertente, de destacar o seu livro absolutamente exemplar (ainda que sintético) *O Essencial sobre a Filosofia Portuguesa. Séculos XIX e XX*, de 2008;
- A vertente jurídica dos seus ensaios, perspectivando o Direito não de um modo formal, mas amparado pela História;
- como filósofo, desenvolvendo teoria própria sobre a Saudade, o Mal e a Filosofia do Direito;
- como filósofo, ainda, promovendo uma originalíssima tríade vinculativa entre pensamento português, pensamento galego, pensamento brasileiro e pensamento africano por via do conceito de Razão Atlântica.

Através deste último conceito, António Braz Teixeira estabelece um conjunto de ligações temáticas entre os autores dos três continentes, herdeiros do Império português, confirmando a certeza de que, mais do que uma língua comum (ou por isso mesmo), transita-se de autor português para autor brasileiro e de autor galego e para a poesia cabo-verdiana e angolana através de um espírito filosófico comum. Este sentido da sua obra emerge, não como mera circunstancialidade, mas como absolutamente estruturador da sua obra e do seu pensamento. A diversidade de temas e autores patentes na obra de António Braz Teixeira estrutura-se sempre segundo aquela quádrupla unidade como base e fundamento da existência de uma filosofia atlântica, enquanto núcleo filosófico e antropológico português de um alargado e actual pensamento lusófono.

Herdeiro das filosofias de José Marinho e de Delfim Santos, defendendo um sustentáculo para a filosofia fundado no enigma e do mistério da existência e no esgotamento do pensamento teórico de cada autor num horizonte aporemático, incapacitando, assim, constitutivamente a filosofia de augurar soluções definitivas para os seus fundamentais problemas, o pensamento de António Braz Teixeira encontra-se contaminado dos temas da saudade e do mal, encarnados sob a capa de um sofrido sentimento espiritual, bem na linha da pungência dos textos de Teixeira de Pascoaes e de Leonardo Coimbra. Neste sentido, António Braz Teixeira, percorrendo

os séculos XIX e XX portugueses no livro *Deus, o Mal e a Saudade*, de 1993, historiografa e filósofa sobre os temas maiores do espiritualismo relativos à “Queda”, a Deus e ao Homem, desdobrados em sub-temas como o mal, o corpo, a saudade, a morte, o amor.

Às quatro vertentes do seu labor filosófico propriamente dito, deve acrescentar-se, para a determinação da singularidade de António Braz Teixeira, a sua notável capacidade organizativa, seja como promotor de encontros, colóquios e congressos relativos ao pensamento português e luso-brasileiro, seja como director do Teatro Nacional D. Maria II, onde privilegiou o reportório dramaturgico nacional, seja como Secretário de Estado da Cultura, tendo lançado a marcante revista *Cultura*, seja ainda como administrador da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Habitados a estudar os antigos magistérios “intelectuais” de Fidelino de Figueiredo, de Jaime Cortesão, de Raul Proença, na Biblioteca Nacional, nas primeiras décadas do século XX, e a notável obra de divulgação cultural de Agostinho da Silva, Eduardo Salgueiro e Bento de Jesus de Caraça, nas décadas de 30 a 50, muitos de nós, cegos ao presente, separando o hoje do ontem, recusamos ver que António Braz Teixeira fundiu e actualizou nos dias de hoje, na Imprensa Nacional, esse antigo magistério “intelectual” do exemplo do estudo e do rigor com o sentimento de devoção ao serviço público cultural, tanto publicando e divulgando, nas diversas colecções desta editora, muito do esquecido património do pensamento português nos campos jurídico, literário, etnológico, filosófico e histórico, quanto abrindo as portas a uma nova geração de estudiosos cujos livros, de menor impacto comercial, mas de maior valia cultural, correriam o risco de fazer no quase eterno repouso das prateleiras dos “policopiados”. Exterior à sua obra teórica, mas expressão concreta e vivencial dela, com ela fazendo um, esta faceta reactualizadora do antigo papel do “intelectual” na cidade corresponde assim, em forma de acção, a uma quinta vertente do seu pensamento.

No primeiro capítulo de *Sentido e Valor do Direito. Introdução à Filosofia Jurídica*⁵, reflectindo sobre a essência da filosofia, António Braz Teixeira invoca as teses dos autores portugueses do século XX sobre a Filosofia (José Marinho, Álvaro Ribeiro, Eudoro de Sousa, Delfim Santos, Afonso Botelho, Miranda Barbosa...), cruzando-as com as teses clássicas (Platão, Aristóteles, Husserl), como fundamento da própria reflexão filosófica. De notar que, habitualmente, a reflexão filosófica é fundamentada a partir

⁵ Cf. António Braz Teixeira, “A Filosofia como Problema”, in *Sentido e Valor do Direito. Introdução à Filosofia Jurídica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, 2ª ed. ampliada, pp. 15 – 34.

de citações de filósofos clássicos, nunca “misturados” com autores nacionais, a não ser com uma ou outra citação de textos de António Sérgio. Dos autores portugueses, António Brás Teixeira recolhe, neste texto, a inspiração de Delfim Santos da filosofia como actividade reflexiva “aporética” e a de Leonardo Coimbra e José Marinho da filosofia como pensamento inesgotável do Ser como enigma e do mistério; porém, do mesmo modo, como fundamentação da actividade filosófica e da própria filosofia, António Braz Teixeira invoca a tese leonardina da “razão experimental”, a tese marinhiana da filosofia como reflexão “situada” e a de Álvaro Ribeiro da filosofia como “arte” e não como ciência ou dispositivo instrumental de conceitos técnicos.

Não possuindo actividade filosófica de realce ao longo da década de 70, António Braz Teixeira regressa à publicação na década seguinte com cinco textos publicados no Brasil entre 1981 e 1984⁶ e, em Portugal, com a publicação de um livro sobre o pensamento filosófico-jurídico português⁷ e a apresentação da controvérsia entre António Sérgio e José Marinho na revista *Análise*⁸. Em todos estes textos, sobressaem os três vectores animadores da sua filosofia: o historiógrafo da cultura e da filosofia portuguesas, a vertente jurídica dos seus ensaios e a íntima vinculação entre os pensamentos filosóficos português, brasileiro, galego e africano por via da Razão Atlântica. Porém, talvez um dos seus mais importantes textos desta década tenha sido o artigo “A Filosofia Portuguesa nos Anos 40 do Século XX”⁹, onde Braz Teixeira evidencia, contra e paralela à nova historiografia racionalista posterior ao 25 de Abril de 1974, a existência de um forte pensamento filosófico português nesta década, tão marginalizado actualmente pela nova mentalidade historiográfica dominante quanto o Estado Novo tratara os seus adversários da I República:

Uma nascente historiografia do Estado Novo marcada por um unilateral maniqueísmo e um redutor simplismo análogos aos que caracterizaram a historiografia oficial ou

⁶ Cf. António Braz Teixeira, “A Reacção Espiritualista em Portugal: Krausismo e Eclétismo – primeira parte”, in *Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, nº 17, 1981; “A Reacção Espiritualista em Portugal: Krausismo e Eclétismo – segunda parte”, in *Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, nº 18/19, 1981; “Um Filósofo de Transição: Silvestre Pinheiro Ferreira”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, vol. 31, nº 122, 1981; “Relações entre as Filosofias Portuguesa e Brasileira nos Séculos XIX e XX”, in Ricardo Velez Rodríguez (org.), *Filosofia Luso-Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. da Universidade Gama Filho, 1983; e “Situação de Leonardo Coimbra na Filosofia Portuguesa”, in *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, vol. 34, nº 133, 1984 – este último texto publicado igualmente, em Portugal, na *Nova Renascença*, nº 14, 1984.

⁷ Cf. António Braz Teixeira, *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português*, colecção “Biblioteca Breve”, Lisboa, Icalp, 1983.

⁸ Cf. António Braz Teixeira, “A Controvérsia entre António Sérgio e José Marinho”, in *Análise*, dir. Fernando Gil, Lisboa, vol. 2, nº 1, 1985.

⁹ Inicialmente publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 33, 1982, foi posteriormente inserido no livro *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993, pp. 105 – 114.

oficiosa que o regime saído do 28 de Maio dedicou à I República, com o conseqüente e paralelo ocultamento ou omissão de obras e autores maiores e a sobrevalorização, por motivos puramente político-ideológicos, de figuras medíocres e obras menores. (Idem, *ibidem*, p. 105)

Neste sentido, postando-se exterior à hermenêutica nacionalista que nas décadas de 30 a 50 coroam a ideologia do Estado Novo, António Braz Teixeira promove uma outra historiografia do espiritualismo português, estatuindo esta como uma corrente paralela e alternativa tanto ao panegirismo do Estado ou o encómio oficial das glórias da nação como à crítica oposicionista do racionalismo, centrada, nesta década, nos estudos de António Sérgio e Abel Salazar, desenhando deste modo uma nova arquitectónica interpretativa do pensamento português, de Amorim Viana e Sampaio Bruno a António José Brandão e Vergílio Ferreira, passando por Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Delfim Santos, Álvaro Ribeiro e José Marinho. Mais do que todos, António Braz Teixeira desenhou a continuidade de uma corrente filosófica portuguesa tanto exterior (mas não imune) às modas filosóficas estrangeiras (positivismo, naturalismo, racionalismo, neo-positivismo cientificista, existencialismo, fenomenologia, estruturalismo, neo-racionalismo) quanto essencialmente reactiva aos movimentos político-sociais de laicização do Estado e de secularização dos costumes emergidos temporalmente a partir do liberalismo constitucional monárquico. E fê-lo, não ao modo do militante, mas ao modo do historiador, usando do escrúpulo herculiano de verdade provada, seja através de contínuas citações das obras dos autores, seja empenhando-se em demonstrar que para além do mundo do racionalismo filosófico dominante, de Teófilo Braga a Manuel Maria Carrilho e aos autores pós-modernos, existe uma galeria de figuras outras, sempre culturalmente marginalizadas, defensoras de uma visão metafísica e espiritualista do pensamento português.

Assim, considerando ser o Homem, na sua intrinsecidade constitutiva e na sua relação de transcendência com Deus, um dos temas essenciais do pensamento português do século XX, Braz Teixeira desdobra a sua análise em quatro pontos, explicitados no texto “O Homem no Pensamento Português Contemporâneo”¹⁰: origem e ser do homem, o mal e a saudade, a liberdade e a morte/imortalidade. Como se constata, trata-se de uma arquitectónica espiritualista, nascida do mistério divino da origem e

¹⁰ António Braz Teixeira, “O Homem no Pensamento Português Contemporâneo”[1992], in *Deus, o Mal e a Saudade*, ed, cit., pp. 79 – 104.

ser do homem, findando em idêntico mistério da morte e redenção. Um dos primeiros historiadores da filosofia portuguesa a historiografar e a teorizar a noção de mal do pensamento português contemporâneo¹¹, António Braz Teixeira é igualmente, com Afonso Botelho, um dos grandes revitalizadores da teoria da saudade no pós-25 de Abril de 1974.

Em *Formas e Percursos da Razão Atlântica* (2001), colectânea de artigos inéditos ou publicados entre 1995 e 2000, usa a expressão “Razão Atlântica” para “expressar e consubstanciar a especificidade e a singularidade ou a ‘*forma mentis*’ em que se inscrevem e para que convergem as demandas filosóficas dos pensadores luso-brasileiros”¹². Ainda que, nesta citação, António Braz Teixeira referencie exclusivamente autores brasileiros e portugueses na definição de Razão Atlântica, o autor inclui neste mesmo livro um sub-capítulo intitulado “Rumos da Filosofia Galega da Saudade” (Idem, *ibidem*, pp. 225 – 244), estendendo assim à Galiza a sua teoria da Razão Atlântica, e, em outros estudos, à poesia cabo-verdiana e angolana. Afirmando a existência de uma filosofia luso-brasileira, alicerçada num pensamento atlântico de originária raiz portuguesa, António Braz Teixeira postula três princípios teóricos universais fundamentadores da sua posição (Idem, *ibidem*, pp. 5 – 6): 1. – um radical vínculo substancial, ontológico, entre pensamento e linguagem 2. – a dupla crença na racionalidade e unidade da realidade e na possibilidade da razão tanto se auto-conhecer como, correspondentemente, conhecer a realidade; 3. – a radicação da razão humana num conjunto de actividades e expressões (sensação, imaginação, intuição, múltiplas formas de experiência do mundo) que, sendo em si elementos irracionais, não a contradizem, não a limitam nem a excluem. Pelo primeiro princípio, António Braz Teixeira radica a filosofia da Razão Atlântica num húmus linguístico comum estruturador pré-categorial da sua unidade, a língua portuguesa; pelo segundo, envolve originariamente todas as soluções filosóficas num limbo de enigma e mistério (a “crença”) que não só fundamentará a sua visão pessoal da filosofia¹³, de timbre espiritualista, como lhe recusará, não o seu estudo interessado, mas a adesão às filosofias providencialistas de António Telmo, Agostinho da Silva, António Quadros e Dalila Pereira da Costa; pelo terceiro princípio, António Braz

¹¹ Cf. António Braz Teixeira, “O Mal na Filosofia Portuguesa dos Séculos XIX e XX”, in *Deus, o Mal e a Saudade*, ed. cit., pp. 61 – 78.

¹² Cf. António Braz Teixeira, *Formas e Percursos da Razão Atlântica*, ed. cit., p. 1.

¹³ Cf. António Braz Teixeira, *Sentido e Valor do Direito. Introdução à Filosofia Jurídica*, ed. cit., 2003², pp. 15 – 34.

Teixeira faz entroncar a metafísica da saudade, como “saber do coração”, no centro do pensamento luso-brasileiro e na raiz da poesia cabo-verdiana e angolana. Fundidos os três princípios numa visão única, António Braz Teixeira considera que:

Conceituá-la e teorizá-la [à Razão Atlântica] foi o esforço continuado e constante de um conjunto invulgar de pensadores que, nas duas margens do Oceano lusíada, foram desvelando as mais fundas e originais virtualidades noéticas da língua portuguesa e revelando o rosto multifacetado do conceito de razão que a singulariza, razão atlântica, líquida, fluida e movente, que se amolda à multiplicidade dos modos do real sensível e supra-sensível e, recusando a rigidez angulosa e nítida das oposições excludentes, busca a complementar unidade dos aparentes ou supostos contrários numa ontologia do Espírito que garanta o resgate de toda a natureza cósmica e o desocultamento do sagrado primordial que nela habita e do irracional de que toda a razão depende.¹⁴

A Razão Atlântica seria, assim, uma particular e aclimatada forma de razão que se teria desenvolvido como expressão social e emotiva, por um lado, das “virtualidades noéticas da língua portuguesa” no seu desdobramento histórico pluricontinental, por outro, a expressão de fusão de culturas e idiosincrasias por que, dos dois lados do Atlântico, a razão semântica e sintáctica da língua se teria plasmado em sentimento e pensamento. Deste modo, Razão Atlântica, sendo originariamente portuguesa, não deixa igualmente de ser americana do Brasil e africana de Angola, como primitivamente fora galego-minhota na expressão e na vivência e como hoje potencia as virtudes poéticas do crioulo de Cabo Verde.

Razão que comporta em si a irrazão, fusão de intuição, sensação, emoção, imaginação, sentimento múltiplo no seio da regularidade de uma razão lógica, ela apontaria, na permanente incompletude de ser pensada a várias vozes de vários e diferentes povos, para uma “ontologia do espírito” que não desdenha da inequívoca materialidade da realidade exterior, superando esta ou, melhor, sendo atravessada por um halo suspensivo de “enigma e mistério”, que tanto lhe limita a possibilita de ser absolutamente conhecida quanto a integra numa transcendência cujo coração pulsante a sacraliza. Por isso, a questão de Deus estatui-se como primordial, central e premente na Razão Atlântica, bem como o sentido teodiceico do bem e do mal, fundador da existência, seja segundo o resgate humano perpétuo de uma primordial unidade, seja na crença de uma ínsita teleologia penitencial apontada para auroras redentoras, que, não raro, nacionalisticamente, elevariam Portugal, ou melhor, a

¹⁴ Cf. António Braz Teixeira, *Formas e Percursos da Razão Atlântica*, ed. cit., pp. 7 – 8.

cultura portuguesa, a instrumento universal de redenção, segundo teorias quinto-imperialistas ou paracletianas, sobre as quais o silêncio de António Braz Teixeira tem sido total, estudando-as, historiografando-as, mas a elas não aderindo.

Filosofia plural, a Razão Atlântica acolhe visões várias no seio único de uma radicação ontológica centrada na comunidade da língua, mediada por uma multiplicidade de culturas, a todas comunizando através do núcleo fundante e permanente do sentimento de saudade, que alegra e dói, macula e purifica, pátria sentimental de terras diferentes e distantes, povos outrora marcados por experiências mítico-cósmicas diversas e hoje assemelhados no coração pelo irrefragável sentimento de uma pertença sempre ausente – a saudade. Cultural e historicamente, a filosofia da Razão Atlântica foi-se construindo acompanhando a co-habitação da língua a espaços múltiplos, adaptando a sua vivência semântica a povos com histórias diferentes. Neste sentido, enquanto núcleo racional sólido, ela firmou-se no realismo ontológico português de formação aristotélico-tomista, dominante em Portugal até aos finais do século XVIII. Subvertido na aparência este primeiro legado pela introdução abrupta, no tempo do Marquês de Pombal, da “filosofia moderna”, desabou sobre este núcleo lógico-metafísico primordial da língua a poderosa influência do racionalismo de Descartes e Newton, do empirismo de Locke, do ecletismo de Victor Cousin e do sensismo de Condillac. Suposto ficou sempre, ainda que severamente criticado, em todos os novos pensadores portugueses, o Deus cristão, força anímico-religiosa que conferia solidez aos princípios filosóficos extraídos da língua portuguesa, superando os elementos exteriores (europeus) desagregativos, integrando-os numa nova “ontologia do espírito”, que se forma, vai-se formando, a partir dos estudos de Silvestre Pinheiro Ferreira na primeira metade do século XIX, desembocando no pantiteísmo de Cunha Seixas, no “Deus-Existência” de Domingos Tarrozo, na exigência ética absoluta do Bem metafísico em Antero de Quental e na presença primordial do Homogéneo em Sampaio Bruno; finalmente, já na segunda década do século XX, no telurismo ontológico de Teixeira de Pascoaes e no criacionismo de Leonardo Coimbra¹⁵. Perdida a unidade aristotélica originária, que não mais recuperará, malgrado os esforços de Álvaro Ribeiro nas décadas de 40 e 60 do século XX, cem anos durara a viagem recompositiva da Razão Atlântica para de novo se afirmar

¹⁵ Cf. António Braz Teixeira, “A Ideia de Deus na Filosofia Luso-Brasileira, de Silvestre Pinheiro Ferreira a Leonardo Coimbra, in *Deus, o Mal e a Saudade*, ed. cit., pp. 15 – 59, bem como “Filosofia e Religião no Pensamento Português Contemporâneo”, in *Ética, Filosofia e Religião*, ed. cit., pp. 31 – 37.

plenamente como ontologia espiritual com Leonardo Coimbra, e, posteriormente, já na década de 60, com José Marinho, reafirmando-se contra as influências do agnosticismo de Kant, do positivismo comteano, do naturalismo darwiniano e do materialismo marxista. Porém, em processo de constituição, precisou da independência do Brasil, em 1822, para se afirmar como Atlântica, como, no século XX, precisou da independência das ex-colónias ultramarinas, em 1975, como primitivamente precisara da separação entre Portugal e a Galiza, para se realizar plenamente enquanto laço substancial e unificador mental dos povos de língua portuguesa dos dois lados do oceano.

Em 1999 e 2000, síntese de mais de 30 anos dos seus estudos de filosofia luso-brasileira, António Braz Teixeira apresentou três comunicações que, no todo da sua obra, estruturam definitivamente o seu pensamento sobre esta vertente da cultura historiográfica portuguesa nos últimos dois séculos. Referimo-nos às comunicações apresentadas, em 1999, ao colóquio sobre Geopolítica dos Descobrimentos, em Lisboa, intitulado “Do «Saber do Coração» à Razão Atlântica”, e, em 2000, primeiro no Brasil, “Tentativa de Definição da Filosofia Luso-Brasileira”, comunicação apresentada ao I Colóquio Antero de Quental, em Aracaju, e, segundo, o artigo “Meio Século de Diálogo Filosófico Luso-Brasileiro”, publicado na *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (nº 1, Pelotas, Dezembro de 2000). As duas comunicações e o artigo encontram-se inseridos no livro *Formas e Percursos da Razão Atlântica*, editado em Londrina, Brasil, que temos vindo a citar; em Portugal, António Braz Teixeira inseriu a segunda comunicação na 2ª edição ampliada do livro *Caminhos e Figuras da Filosofia do Direito Luso-Brasileira*¹⁶. Este triplo conjunto de textos, acrescidos dos dois textos sobre a ideia de Deus e as relações entre filosofia e religião, atrás citados, condensam o pensamento de António Braz Teixeira sobre a vertente luso-brasileira da Razão Atlântica.

Assim, António Braz Teixeira postula três “ideias”¹⁷ metodológicas cuja unidade harmónica consubstanciará a efectivação da existência da Razão Atlântica:

¹⁶ Existem duas edições fortemente diferenciadas do livro de António Braz Teixeira, *Caminhos e Figuras da Filosofia do Direito Luso-Brasileira*, a primeira, publicada pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1991, com 179 páginas, e a segunda, publicada pela editora Novo Imbondeiro, na colecção “estudos e documentos”, dirigida por Pires Laranjeira, em 2002, com 309 páginas. Sempre que citarmos este livro, referir-nos-emos à segunda edição.

¹⁷ António Braz Teixeira, *Caminhos e Figuras da Filosofia do Direito Luso-Brasileira*, ed. cit., p. 21.

1. - como vimos, a indissociabilidade do pensamento com a língua que o exprime e, em consequência, a dupla matricialidade da língua portuguesa e “da relação originária da filosofia brasileira relativamente à filosofia portuguesa” (Idem, *ibidem*);
2. - a existência de uma “convergência ou afinidade entre atitudes ou posições filosóficas dos pensadores dos dois países, convergências, semelhanças ou afinidades que, se denunciavam ou revelavam a sua pertença a uma mesma família espiritual, no entanto não impediam nem contrariavam a afirmação da individualidade de cada uma das duas filosofias nem a singularidade das visões especulativas ou das concepções reflexivas de cada pensador” (Idem, *ibidem*, pp. 22 – 23);
3. - na Razão Atlântica “deve importar mais a efectiva e substancial afinidade ou convergência de ideias, de intuições matriciais, de atitudes filosóficas ou de caminhos especulativos do que a existência, ou não, de expressa referência a pensadores, obras, movimentos ou correntes do outro lado Atlântico” (Idem, *ibidem*, p. 23).

No mesmo artigo, António Braz Teixeira elabora um breve conspecto das relações entre o pensamento português e o brasileiro (Idem, *ibidem*, pp. 24 – 33), reafirmando a existência, em termos gerais, de um mesmo percurso filosófico espiritualista dos dois lados do Atlântico. Em outro capítulo do mesmo livro, “Ciclos e Correntes da Filosofia do Direito Luso-Brasileira” (Idem, *ibidem*, pp. 34 – 37), o autor concretiza o paralelismo existente na vertente da filosofia do Direito, e, no final do artigo “A Ideia de Deus na Filosofia Luso-Brasileira, de Silvestre Pinheiro Ferreira a Leonardo Coimbra”, atrás citado, evidencia o paralelismo existente na evolução espiritual da filosofia contemporânea entre Portugal e o Brasil.

Deste modo, segundo António Braz Teixeira, a Razão Atlântica, geradora de um pensamento plural mas singular, unificado pelos arcanos da língua portuguesa e pela idiossincrasia de uma cultura sincrética, fusão de culturas díspares fundidas ao longo de 500 anos de partilha histórica, desdobrar-se-ia numa comum inclinação histórico-filosófica espiritualista (para além e para aquém da permanente avalanche dos modismos europeus que os intelectuais de serviço vão dando voz desde os tempos de Pombal), iniciada pelos estudos de Silvestre Pinheiro Ferreira na primeira metade do século XIX, tendo como expoentes filosóficos Antero de Quental, Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Afonso Botelho deste lado do oceano, e, do lado brasileiro, Gonçalves Magalhães, a cuja teoria António Braz Teixeira dedicou um notável estudo¹⁸, Tobias Barreto, Farias de Brito,

¹⁸ Cf. António Braz Teixeira, *O Pensamento Filosófico de Gonçalves Magalhães*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, colecção “Razão Atlântica”, 1994.

Vicente Ferreira da Silva, António Paim e Miguel Reale¹⁹. Em todos, mas sobretudo nos autores dedicados a poesia, destaca-se a expressão emotiva do sentimento português de Saudade.

Se nenhum outro pensador português vivo desenvolveu tão variados estudos sobre o pensamento luso-brasileiro, do mesmo modo nenhum outro dedicou ao profícuo labor organizativo à concretização do ideal da Razão Atlântico, unindo em colóquios e congressos filósofos dos dois países. António Braz Teixeira esteve na primeira linha de todas as iniciativas fomentadoras da consciência pública da existência de uma Razão Atlântica, desenvolvendo, com outros estudiosos²⁰, o I Congresso de Filosofia Luso-Brasileira, em 1981, em Braga, promovido pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica desta cidade, e a realização dessa obra colossal que são os cinco tomos da *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, editada em São Paulo e Lisboa na década de 90, abrindo um novo horizonte ao pensamento português, revelando historiograficamente, de um modo fundamentado e rigoroso, a existência de uma estruturada e sólida corrente espiritualista da cultura portuguesa com idêntico valor à racionalista, que desde o século XIX tem dominado os estudos universitários, de Teófilo Braga a Eduardo Lourenço e Fernando Gil.

Do mesmo modo, António Braz Teixeira encontra-se na primeira linha da organização dos Colóquios Luso-Brasileiros de Filosofia, iniciados em 1990, em Lisboa, sob patronato do nome do filósofo Tobias Barreto, a que se seguiu, em Recife e Salvador, no Brasil, um colóquio dedicado ao pensamento de Antero de Quental, bem como outros encontros: em Portugal, um dedicado ao estudo do pensamento de Gonçalves Magalhães, em 1992, em Lisboa e Évora; outro a Sílvia Romero e Teófilo Braga, em 1994, nos Açores; um novo dedicado a Miguel Reale, em 1996, no Porto e em Viana do Castelo; ainda um outro, em 1998, decorrido em Braga e Viana do Castelo, sobre o pensamento de Vicente Ferreira da Silva e Eudoro de Sousa; no Brasil, decorreram colóquios versando o pensamento Sampaio Bruno, em 1993, em Aracaju e Rio de

¹⁹ Sobre o pensamento destes filósofos brasileiros, cf. António Braz Teixeira, *O Espelho da Razão*, Londrina, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

²⁰ Entre os quais não se pode deixar de citar, no Brasil, os nomes de António Paim, Miguel Reale, Ana Maria Moog Rodrigues, Constança Marcondes César, Paulo Mercandante, Aquiles Cortes Guimarães, Varmirech Chacon, e, em Portugal, Francisco da Gama Caeiro, Eduardo Abranches Soveral, José Esteves Pereira, Lúcio Craveiro da Silva, José Bacelar e Oliveira, mas também os mais novos Manuel Cândido Pimentel, Pedro Calafate, António Cândido Franco e, sobretudo, Paulo Borges, cujos livros *Do Finistérreo Pensar* (2001) e *Pensamento Atlântico* (2002), editados pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, como que exploram e prolongam, em vertente pessoal e originalíssima, a ideia de Razão Atlântica.

Janeiro; o pensamento comparativo entre Farias de Brito e Cunha Seixas, em 1995, em Fortaleza e São Paulo; outro sobre padre António Vieira e Leonardo Coimbra, em São Luís do Maranhão e Brasília, em 1997 e, finalmente, o último, dedicado aos pensamentos de António Sérgio e Delfim Santos em São Paulo, em 1999. Ainda no campo organizativo, António Braz Teixeira esteve igualmente na fundação, em Julho de 1992, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileiro, então sediado na Universidade Nova de Lisboa (hoje no Palácio da Independência, em Lisboa), com editora própria, em que justamente se destacam a colecção intitulada “Razão Atlântica” e a promoção de diversos cursos de especialização, como “Ética Luso-Brasileira do Século XIX”, “A Filosofia do Direito Luso-Brasileira” e “A Escola do Porto e a Escola de São Paulo”.²¹

²¹ Para aprofundamento das temáticas filosóficas pertinentes ao pensamento luso-brasileiro, bem como do complexo de relações intelectuais estabelecidas entre os pensadores portugueses e brasileiros nos últimos 50 anos, cf. António Braz Teixeira, “Meio Século de Diálogo Filosófico Luso-Brasileiro”, in *Formas e Percursos da Razão Atlântica*, ed. cit., pp. 31 – 32 e 38 – 39.